

AGRICULTURA FAMILIAR NO PÓLO AGROFLORESTAL BENFICA: Mudanças nas bases dos sistemas produtivos e os significados sociais e ambientais do assentamento na atualidade.

Diego Saldanha Freitas¹
imdiegofreitas@hotmail.com

RESUMO: Esta pesquisa visa compreender a dinâmica da produção familiar no Pólo Agroflorestal Benfica e de como as mudanças nas bases técnicas produtivas implicam nas condições sociais e ambientais do lugar. Assim, pretende-se compreender a dinâmica da produção na agricultura familiar no tocante as mudanças nas bases dos sistemas produtivos, novas relações de trabalho e os significados sociais e ambientais locais, disto na atualidade. A pesquisa foi realizada com levantamento bibliográfico, leituras, observações de campo através de uma matriz e aplicação de 25 questionários com os moradores do lugar, através dos quais levantaram-se os dados necessários para a discussão acerca do uso do solo. Isto se possibilitou entender as transformações nos meios de produção e a via condutora da agricultura familiar a mudar a forma de produzir, modificando práticas tradicionais e diversificando o uso da mão de obra familiar. Nela o produtor cuida de todo o processo produtivo e logístico, praticando ou não mais de um sistema produtivos voltados para a auto-sustentação familiar. Percebe-se uma nova relação do que antes era produzido em pequena escala para suprir a família, com outras atividades ou plantios lavouras perenes (pomares, SAFs) melhorando a ambiência local, mas produzindo variáveis sobre a viabilidade econômica e ecológica, sendo uma delas as formas pluriativas de trabalho que levam parte da família a atividades não-rural.

PALAVRAS-CHAVE: Dinâmica produtiva; Agricultura familiar; Relação de trabalho.

INTRODUÇÃO

Com o fim da Segunda Guerra Mundial aprofundou-se o processo de industrialização dos países, avançando a modernização da agricultura e as transformações sobre os espaços rurais, inicialmente ocorreu nos países desenvolvidos do continente europeu e mais tarde sobre as demais nações do planeta. Um ponto de partida para estas transformações bruscas é o crescente avanço do capitalismo que propicia grandes transformações na economia de produção do nível global, que logo reflete sobre o local.

No Brasil o processo de modernização da agricultura, que ocorreu pós-1964 com o incentivo governamental através de políticas públicas, fez com que surgissem as grandes agroindústrias, detentoras de muito capital, que dinamizaram a agricultura de então e deram ao país um novo patamar.

Essas mudanças refletiram na agricultura familiar, de modo que surgiram novas relações de produção do espaço, diferentes tipos de utilização do solo, mudanças nas bases

¹ Graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Acre- UFAC.

técnicas e até mesmo ao aparecimento das atividades não-agrícolas em tempo parcial a agricultura, como veremos mais a frente.

Campanhola (2002, p. 3) sintetiza que a partir da década de 80 nota-se o surgimento de uma nova configuração no meio rural brasileiro, e destaca as principais características desse novo espaço, que seriam: "uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias; um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e um conjunto de novas atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos especiais de mercado". O mercado de *commodities* teve grande responsabilidade pelas mudanças trazendo a modernização ao meio rural, pois a produção em larga escala necessitava de tecnologia na própria área onde os produtos são produzidos.

A partir da economia da produção em larga escala de produtos destinados ao mercado interno e externo, dentro do modelo econômico capitalista, a agricultura deixou de ser relacionada ao atraso, apresentando formas monopolizadas.

Outro aspecto são as novas tendências que surgem. Onde antes era apenas espaço para se trabalhar no campo hoje apresenta alternativas, como a moradia, o lazer, a indústria, os serviços, e entre outros. Neste contexto se configura as diversas formas de uso do solo. Estas várias formas geram possibilidades de renda extra as famílias, desse modo, o rural ganhou notoriedade tanto nas políticas públicas como no setor privado, a partir da procura e da geração de emprego.

Desse modo, a dinâmica na agricultura brasileira fez com que o agricultor familiar adotasse estratégias como modo de obter lucros extras utilizando mais de uma atividade, esta por sua vez poderia ser agrícola ou não-agrícola. Era um método para a inserção do pequeno produtor em mercados locais que ocasionou na representação de novas interações com o espaço rural, empregando o método conhecido como pluriatividade.

Silva (1998, p. 43) diz que, "a agricultura brasileira, hoje, é uma estrutura complexa, heterogênea e multideterminada", isto se deve ao fato do surgimento dessa nova conformação do espaço rural onde se pode encontrar desde a estrutura mais complexa, as agroindústrias, até as mais simples que mesclaram sua produção a novas atividades.

Com isso, a pluriatividade ganhou espaço em diferentes regiões do país, além da prática de atividades distintas, membros do grupo familiar trabalham no centro da cidade, em geral procuram a construção civil, as atividades domésticas, o Estado e o comércio para

empregar-se. Este fator fez com que problemas como pobreza e fome diminuíssem - mas não completamente - na zona rural.

A pluriatividade, oriunda de países europeus, é objeto de várias pesquisas científicas, levando estudiosos a levantarem apontamentos e realizarem estudos *in loco* para observar as mudanças oriundas desta prática no grupo familiar.

Segundo Schneider (2005, p. 4), “embora não exclusivamente, a pluriatividade pode ser observada com maior proeminência entre os agricultores familiares”, para o pequeno produtor seria o modo/estratégia para obter mais oportunidades a partir da exploração e valorização de atividades e/ou bens antes inutilizadas.

Com base no exposto, o trabalho será fragmentado em três partes onde na primeira daremos ênfase a pluriatividade frente a agricultura familiar brasileira, destacando aspectos peculiares a sua aplicação para compreendermos este fenômeno. Na segunda parte, enfocamos a Amazônia acriana no que tange ao processo social de inserção de populações rurais em 'assentamentos' denominados Pólos Agroflorestais, de modo que seja compreendido seu aspecto histórico e social. Na terceira parte, daremos ênfase ao grupo familiar abordando os resultados obtidos através dos questionários aplicados em 25 famílias, para observarmos a composição do grupo familiar, ao que diz respeito as atividades desenvolvidas e dentre outros dados, para assim concluirmos nosso objetivo e chegarmos a um paralelo de análise para compreensão das mudanças nos sistemas produtivos do Pólo Agroflorestal Benfica e seu atual significado.

Material e Método(s)

A pesquisa foi conduzida pelo levantamento bibliográfico, realização de leituras e colóquios, observações de campo através de uma matriz e aplicação de questionário. A concretização dessas atividades nos possibilitou a realização do trabalho de campo que consistiu na aplicação de 25 questionários com os moradores do Pólo Agroflorestal Benfica. Realizado a pesquisa de campo levantaram-se os dados necessários para a elaboração de tabela e gráficos para discussão acerca do uso do solo, para entender a dinâmica na base produtiva do assentamento e de como implicam nas condições sociais.

Resultados e Discussão

A PLURIATIVIDADE NA DINÂMICA DE PRODUÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR BRASILEIRO

O espaço rural brasileiro deixou de ser sinônimo de atraso e exclusivamente agrícola tornando-se um ambiente dinâmico, gerador de produtos e bens, e de novas relações com o espaço. Essa nova configuração do espaço rural traz em seu bojo a pluriatividade - e as atividades não-agrícolas -, que contribui para o desenvolvimento do grupo familiar.

A pluriatividade é defendida por muitos autores como uma solução para graves problemas sociais ocorridos no campo, dentre eles a miséria e o baixo nível de renda. Nas palavras de Schneider (2005):

Essa combinação permanente de atividades agrícolas e não-agrícolas, em uma mesma família, é que caracteriza e define o fenômeno da pluriatividade, que tanto pode ser um recurso do qual a família faz uso para garantir a reprodução social do grupo ou do coletivo que lhe corresponde, como também pode representar uma estratégia individual, dos membros que constituem a unidade doméstica. SCHNEIDER (p. 75-109, 2005).

Buainaim e Romeiro (2000) reconhecem que “a agricultura familiar desenvolve, em geral, sistemas complexos de produção, combinando várias culturas, criações animais e transformações primárias, tanto para consumo da família como para o mercado” (conforme veremos mas a frente). Essas características, embora não absolutas, são de fato encontradas em diferentes escalas nas propriedades rurais, e permitem mais circulação de diferentes produtos para os centros urbanos e mercados locais.

Schneider (2001, p. 16) diz que, "a relação agricultura e pluriatividade assume características específicas em cada unidade familiar [...]", desse modo, não se pode traçar um único paralelo para compreender o todo, deve-se observar as diferenças existentes entre os grupos familiares.

Podemos ver que a agricultura familiar tornou-se plural, ao mesmo tempo em que uma atividade é desenvolvida tem-se outra bem distinta – ou não – sendo trabalhada. Há a ocorrência de múltiplas atividades produtivas, assim como também ocorre de haver propriedades onde as atividades não estão ligadas a agricultura, mas sim aos serviços, ao lazer, a moradia, etc..

Seria como se houvesse uma busca para converter em mercadoria as atividades com valores comerciais, o que leva à criação de novos mercados devido as necessidades da

diversificação dos grupos familiares, ou seja, seria uma oportunidade a partir da valorização de novos produtos, serviços e bens que antes eram desnecessários a utilização.

Segundo Lima e Wilkinson (2002) cerca de 85% das propriedades rurais brasileiras pertencem a grupos familiares, isso demonstra a importância desse setor no meio rural, sendo o principal responsável pela produção de alimentos no país. E dentre as cinco regiões, destacam-se o Sul, se caracterizando por uma agricultura familiar bem dinâmica nos três estados - com destaque no Rio Grande do Sul -, e no Centro-Oeste onde há total predominância do segmento patronal.

No que diz respeito a Amazônia, conforme Rego (2003), o maior percentual de produção, emprego e renda é proveniente da pequena produção familiar rural e outra parte da grande propriedade agrícola. O montante do agronegócio total é baixo se comparado com o de outras regiões. As propriedades familiares são bem diferentes das do Sul, pois sua existência deriva-se de uma agricultura super atrasada e, exclusivamente, de subsistência, em geral mantida pelo inchaço e o desemprego nos centros urbanos.

Na Amazônia acriana, a porcentagem de pequenos produtores familiares é relativamente considerável, sendo os pólos agroflorestais e/ou assentamentos responsáveis por concentrar grande porcentagem das populações rurais existentes. O agronegócio cresce timidamente não influenciando na economia, mas de certo modo contribuindo para o mercado de trabalho temporário e sazonal.

Diante disto, foquemos os Pólos Agroflorestais, em Rio Branco (Acre), onde fatores históricos como a falência dos seringais acrianos e o incentivo governamental à pecuária acarretaram no intenso êxodo rural. Estes acontecimentos proporcionaram graves problemas sociais na época, sendo solucionados através de políticas assistencialistas do governo que criaram os pólos agroflorestais - popularmente chamados de assentamentos -, e os quintais agroflorestais, como uma alternativa para assentar ex-seringueiros e pequenos produtores (posseiros) expropriadas, que vieram dos campos e seringais e viviam em condições precárias na cidade de Rio Branco - Acre (conforme veremos a seguir).

OS PÓLOS AGROFLORESTAIS FRENTE A AGRICULTURA FAMILIAR: o seu caráter social para a Amazônia acriana

Nas primeiras décadas do século passado a borracha passa a vivenciar seu momento crítico, isso devido à concorrência que os seringais amazônicos vinham sofrendo com outros

mercados internacionais - em especial os asiáticos que fizeram grandes monoculturas. Por consequência, o preço da borracha brasileira vivencia nesta época grandes variações ao longo dos anos no mercado internacional, refletindo diretamente no modo de vida nos seringais amazônicos.

Deste modo, no decorrer dos anos os seringais encontravam-se falidos e/ou mesmo semi-abandonados, ocupados somente por posseiros. SILVA (2003) sintetiza que:

As oscilações da borracha brasileira no mercado internacional, frente à concorrência da produção do sudeste asiático, ao longo das primeiras décadas do século XX, marcaram situações de decadência para o produto no mercado, levando seringalistas à falência e, também, para a produção amazônica no aumento da miséria. [...] a consequência local imediata desta situação foi o semi-abandono dos seringais pelos seringalistas. [...] (SILVA, 2003, P. 53).

Frente a péssima situação econômica na qual estava o estado do Acre o governo realizou uma campanha para atrair capital. A proposta era, então, substituir o uso extrativista das terras dos seringais pela criação de gado bovino. As terras comercializadas a preços relativamente baixos dariam lugar às fazendas. Com isso, na época houve expressiva migração para o estado, em geral, vindos principalmente do Sul e Sudeste.

Diante desta situação, de implantação de várias fazendas, posseiros e seringueiros expropriados não tendo mais lugar para morar se deslocavam para os centros urbanos. No município de Rio Branco, houve um intenso êxodo rural - migração de pessoas do campo para a cidade. Em geral, as pessoas se destinavam às periferias das cidades e consequentemente acarretando no inchaço populacional destas, tornando-se um grave problema a ser solucionado e levando a incidência de vários outros.

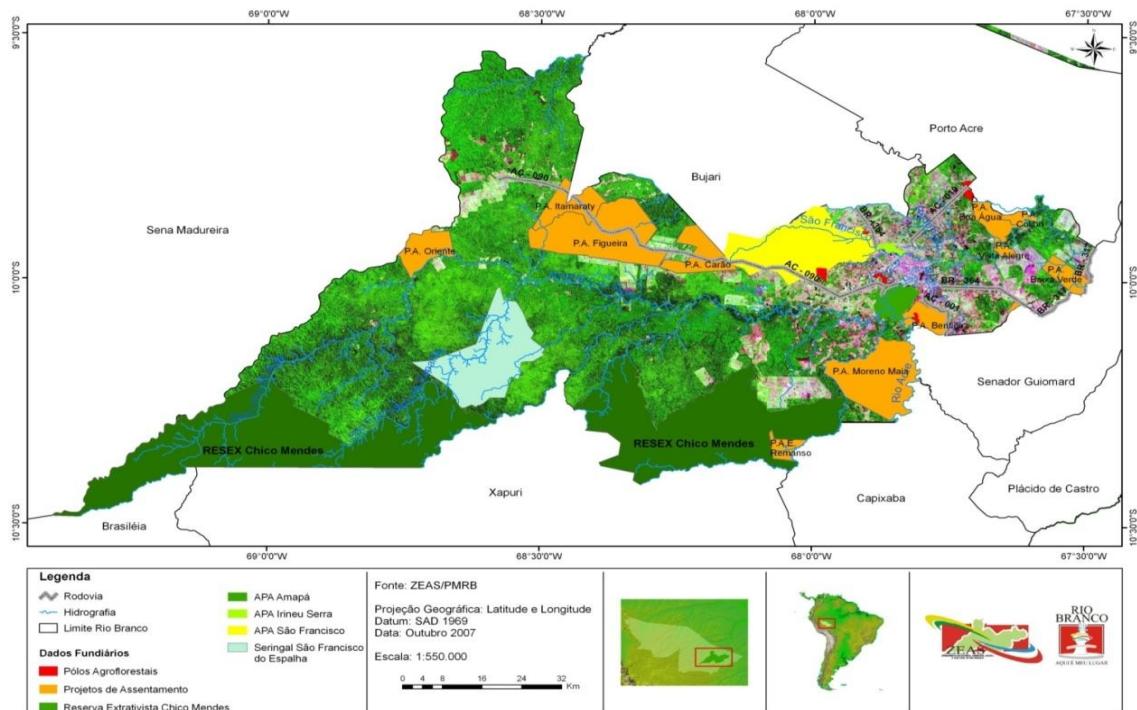
Com isso, através de políticas assistencialistas os pólos agroflorestais foram criados em 2005, quando foi sancionada a Lei n. 1.693 de 21/12/2005, pelo governo do Estado, sendo primeiramente no município de Rio Branco. Vieram com propósitos de resolver, ou amenizar, os problemas sociais, e ao mesmo tempo solucionar ou pelos menos controlar outros que surgiram respectivamente.

Assim sendo, o governo do Estado do Acre destaca as propostas pelas quais os pólos agroflorestais foram criados, que seriam:

A proposta dos “pólos Agroflorestais” é a resposta mais eficaz que encontramos para fazer frente a esses problemas, pois, garante o uso social da terra com o assentamento de famílias de ex-seringueiros e agricultores hoje totalmente aliados do setor produtivo do estado, permite a geração de emprego e renda, contribui de forma decisiva no combate à miséria e a fome via produção de alimentos e, também, dá uma resposta a outro problema crucial, que é a violência urbana. A partir do momento que você faz retornar uma família do meio urbano para o rural, é uma preocupação a menos com a ameaça constante da marginalidade, das drogas e da prostituição (ACRE, 1999, P.3).

Os Pólos Agroflorestais são definidos como áreas próximas das cidades, compostas de lotes variando entre 3 a 10 ha, onde a produção agroflorestal e/ou hortifrutigranjeira é a base de segurança alimentar e sustentação da família.

Imagen 1: Distribuição dos pólos agroflorestais no território de Rio Branco - Acre.



Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Branco, 2009.

Com isso, os assentamentos rurais - muitos preferem assim chamá-los - foram criados, sendo os primeiros em Rio Branco: os pólos Geraldo Gurgel de Mesquita, Hélio Pimenta e Benfica.

Com a proposta de fixar o homem no campo e fazer com que este utilize o espaço de seu lote de forma sustentável, contribua para a produção alimentícia destinada ao comércio da cidade e, sobretudo, proporcione às famílias assentadas melhores expectativas de vida.

Vale ressaltar que apesar do programa ter sido em lei criado em 2005 - sendo o Benfica um dos primeiros - constatou-se que considerável número de moradores encontram-se residindo no pôlo Benfica a mais de 10 anos (dado obtido da aplicação de questionários em 25 famílias).

Ao nosso ver, foi uma forma satisfatória de incluir de volta ao campo populações expropriadas, pois trouxe a estas a certeza de que a posse da terra lhes pertence, excluindo as incertezas que já vivenciarão.

Todavia, os problemas estariam sendo solucionados, assim como também, os pólos contribuiriam para a cidade com a produção alimentícia. Entretanto, com o decorrer do tempo o retorno econômico com atividades agrícolas acaba não sendo suficiente para o grupo familiar. Desse modo, algumas famílias mudam-se, outras deixam de produzir e o lote passa a ser apenas local de moradia. Porém, outras buscam formas de complementação da renda através da utilização de mais de uma atividade no solo e da procura de empregos na cidade (como veremos no próximo capítulo), ou mesmo em lotes vizinhos.

Segundo Silva (1999), esse fator aumenta o número da "PEA" - População Economicamente Ativa - no meio rural, mas também revela os contrastes existentes no que o mesmo denomina de o "novo rural brasileiro". Todavia, serve para revelar o fenômeno da pluriatividade, já bastante discutido aqui e visto como uma alternativa plausível para a agricultura familiar, no que tange o auto-sustento do grupo familiar.

Imagen 2: Cultivo de hortaliças.



Imagen 3: Criação de galinha Rhode.



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Desse modo, vale frisar que a realização de atividades faz-se de forma heterogênea. Nota-se a presença de agricultores pluriativos, assim, como também há aqueles grupos

familiares que têm na pluriatividade uma estratégia de subsistência. Nestes casos, há grupos onde a renda familiar está quase que totalmente ligada ao trabalho na cidade - seriam as ocupações não-rurais -, ao trabalho em setores do comércio e dos serviços – embora continuem a morar e ter uma parte de atividades geradoras da subsistência no campo.

Podemos ver que existem diversos tipos de uso do solo no qual três mais se destacaram, que seriam: 1º) a propriedade onde predomina as atividades do contexto rural, com práticas de agricultura para a comercialização; 2º) associação das atividades do contexto rural com a presença de pequenas culturas agrícolas anuais e criações de pequenos animais (galinha, pato, ganso); e 3º) onde a terra é local de moradia e não de cultivo agrícola - ocupações não-agrícolas, onde a ocupação não agrícola não é o principal gerador de renda familiar.

CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS FAMILIARES DO PÓLO AGROFLORESTAL BENFICA

A constante transformação do espaço rural, frente o modo capitalista, proporcionou grandes mudanças e possibilitou novas relações de produção na agricultura familiar - como podemos ver no decorrer da pesquisa. Para observar essas mudanças no grupo familiar, nesta parte, observaremos os dados obtidos da aplicação do questionário de campo *in loco* para obtenção de dados pertinentes.

Segundo Schneider (2001, p. 13) "a caracterização do processo produtivo, da propriedade e dos indivíduos permite analisar as relações que as unidades familiares [...] estabelecem com o ambiente social e econômico em que estão inseridas". Todavia, esses fatores não são absolutos para garantir o porquê das diferentes formas de uso do solo, das ocupações não-rurais e pluriativas. O que tange é relacionar os dados para compará-los.

Primeiramente, vamos observar a *renda mensal dos grupos famílias* (ver tabela 01). O total de famílias que recebem até 2 salários mínimos mensais correspondem as que utilizam da agricultura (culturas anuais, hortifrutigranjeiro) como única fonte de renda, sem complementação, correspondendo a cerca de 49% (por cento) das 25 famílias entrevistadas. As famílias que apresentaram até 3 salários mínimos utilizam a agricultura familiar (culturas anuais, hortifrutigranjeiro), havendo membros do grupo - homem, mulher, filhos - que trabalham fora do lote (comércio, serviços). Já nos grupos que apresentam até 4 salários

mínimos os membros trabalham exclusivamente na cidade, em geral, para o estado, nos serviços e no comércio de forma efetiva.

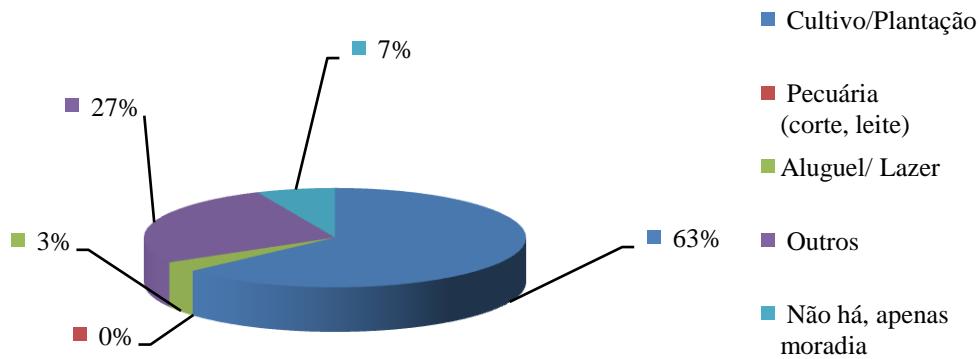
Tabela 1: Renda mensal do grupo familiar.

| Salário Mínimo | Quantidade (por grupo familiar) |
|----------------|---------------------------------|
| Entre 1 e 2 | 12 |
| Entre 2 e 3 | 08 |
| Entre 3 e 4 | 05 |
| Entre 4 e 5 | Não apresenta |
| Acima de 5 | Não apresenta |

Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Quanto as atividades desenvolvidas algumas famílias têm membros que trabalham em mais de um tipo de atividade no lote e alguns destes empregam-se na cidade; também há as ocupações não-rurais, seus membros trabalham exclusivamente na cidade, o lote seria apenas o espaço de moradia.

Gráfico 1: Atividades desenvolvidas.



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

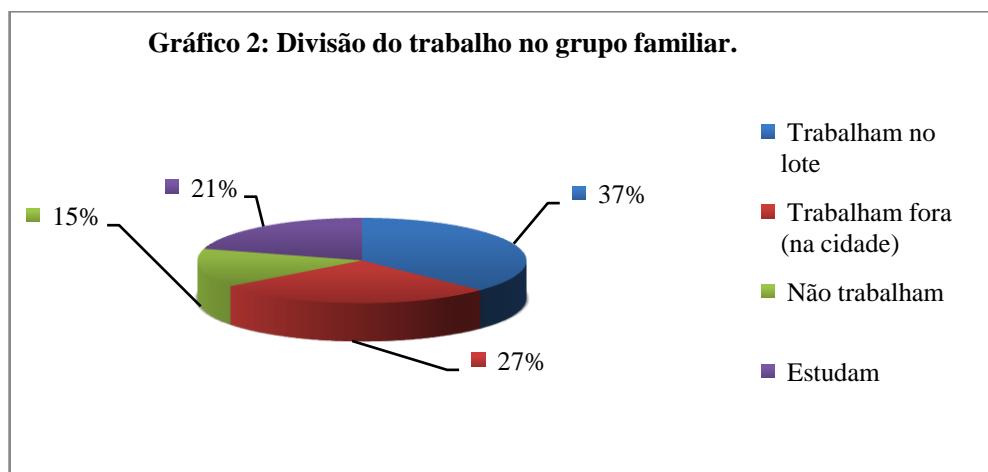
Na maioria dos lotes (63%) é trabalhado o cultivo/plantação, em geral de frutas e verduras (conforme o gráfico 1). Cerca de 27% (por cento) ocupassem em atividades distintas (marcenaria, comércio, piscicultura, granja), em alguns casos estas atividades são associadas ao cultivo (conforme visto anteriormente); e o lazer/aluguel apresenta modesta porcentagem (3%) demonstrando o caráter sócio-econômico heterogêneo frente ao novo rural brasileiro na Amazônia acriana.

Schneider (2005, p. 2) falando sobre o Projeto Rurbano, diz que: "já não se pode ignorar o crescimento das atividades não-agrícolas no espaço rural." A aplicação de atividades

fora do contexto rural é notória, embora não se saiba com exatidão os motivos (sociais, econômicos) que levam um grupo familiar e/ou membros a realizá-lo. A presença em propriedades de marcenaria, comércio (varejista), e etc., demonstra a abertura de novos mercado e utilidades no espaço rural, antes agregado de simbologias simplistas, sobretudo ao atraso.

Os lotes onde há apenas moradia representam razoável notoriedade (7%). Em algum destes locais há a criação de pequenos animais apenas para a subsistência do grupo. Nestes, a renda familiar varia muito, pois vêm de aposentadoria (alguns casos) e emprego no comércio e serviços. Outro aspecto importante desse grupo é que apresentam poucos membros e residem no local a pouco tempo (entre 2 e 5 anos) se compararmos com os mais antigos que vivem a mais de dez anos e o número de membros residindo é bem maior, e ainda praticam atividades agrícolas.

Quanto a divisão do trabalho foram considerados todos os membros residindo no mesmo lote. Sendo que, a grande maioria (37%) ainda trabalha no mesmo. Outra parte, - em geral filhos - trabalha fora, representando 27% (por cento). Quanto aos que estudam (21%) é relativamente expressivo, e se deve por haver três escolas no pôlo, fator este que possibilita a redução da taxa de analfabetismo na zona rural.



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

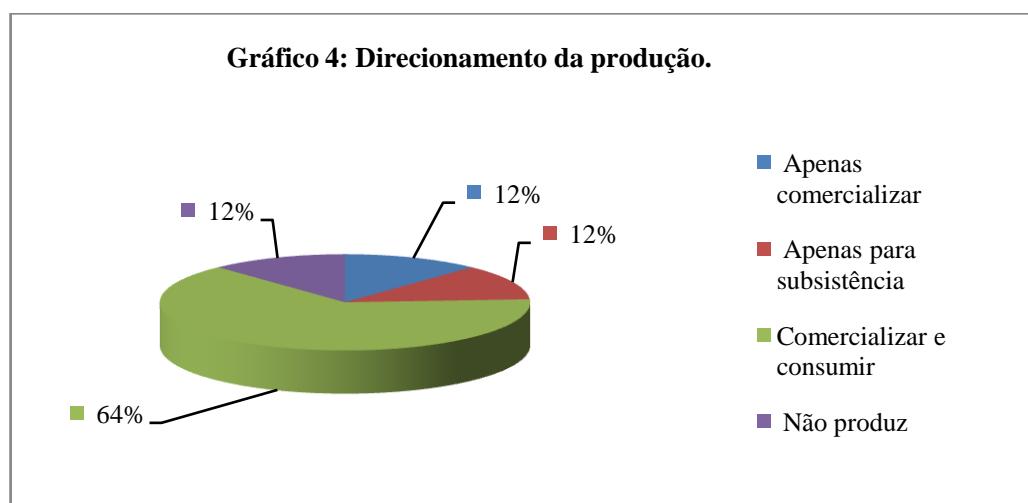
Quanto ao preparo do solo alguns entrevistados relataram que utilizam mais de um tipo, por isso foram considerados separadamente. A utilização da mecanização faz-se presente na maioria dos lotes (ver gráfico 3), isso se deve pelas grandes áreas de cultivo e plantação onde são utilizados tratores e outros equipamentos. A utilização de outros tipos (trabalho braçal e folhagem) também é muito expressiva (24%), pois depende exclusivamente dos membros da família e não há gastos excessivos, podendo também ser utilizados junto à

mecanização. A utilização de queima é proibida e devido a isto pequena quantidade (2%), talvez por falta de informação, utiliza este método.



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Quanto ao direcionamento da produção foram consideradas todas as propriedades (ver gráfico 4), até as onde não se produz (apenas moradia). Conforme o gráfico, 64% (por cento) dos entrevistados relataram que tanto comercializam quanto consomem os produtos oriundos das atividades que praticam, isso mostra que mesmo com a demanda imposta a produção é satisfatória. Cerca de 12% (por cento) apenas consome, isto se deve por haver membros que trabalham fora do lote, ou recebem aposentadoria, e a renda passa a ser suficiente para a família. Outros 12% (por cento) vivem exclusivamente da comercialização de seus produtos.



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Por situar-se em zona de transição da cidade de Rio Branco o Pólo Benfica apresenta traços urbanos como o comércio varejista, há também a presença de serviços prestados pelo governo: energia elétrica, escolas, posto de saúde, pavimentação e transporte coletivo. Estes dois últimos possibilitam melhores condições de vida a comunidade ali residente, afinal torna fácil o deslocamento tanto dos produtos como da população para a cidade.

Com base nos dados podemos constatar que a dinâmica produtiva gira em torno das combinações de atividades que geram variáveis na vida dos assentados e possibilitam maior retorno econômico, em certo propiciou condições favoráveis a inserção em economias de mercados locais e evidencia uma dinâmica em ascensão.

As propriedades não-rurais seriam novas formas de ocupação, nestas o campo têm diferentes funções (moradia, lazer e etc.). Desse modo, corrobora com Silva (1999, p. 27) ao afirmar que, "o mundo rural brasileiro não pode mais ser tomado apenas como o conjunto de atividades agropecuárias e agro-industriais. O meio rural ganhou por assim dizer novas funções e "novos" tipos de ocupações." Hoje, o rural apresenta formas/relações que antes eram típicas do centros urbanos, as relações capitalistas de produção e distribuição proporcionaram a re-significação deste ambiente.

CONCLUSÃO

Com base no material exposto, é evidente que as implicações sofridas ao longo do século na economia mundial, contudo após a revolução industrial, levaram a adaptação ou reformulação do modo de produção da agricultura, aperfeiçoando e mecanizando-a. Essas mudanças foram sentidas em todas as instâncias. A agricultura familiar, por sua vez, superou as práticas primitivas, modernizou sua estrutura e adequou-se as novas exigências do mercado, levando o camponês a um jogo implícito de relações com o espaço e com a comunidade ao qual está inserido.

Essa fase da agricultura apresenta novas atribuições e um ambiente onde se desenvolvem múltiplas atividades produtivas. As imposições do sistema capitalista a essa prática levou membros das famílias (homem, mulher, filhos, e etc.) a procurar trabalho em indústrias, no comércio e até mesmo a vender sua mão-de-obra para a agricultura assalariada. Em geral, isso se deve a insatisfação com o ambiente local, ou mesmo a fatores externos. Nesse contexto, a unidade familiar criou mecanismos para elaborar novas estratégias para se adaptar às condições econômicas e sociais, assim, novos valores foram formulados.

As mudanças nas bases produtivas proporcionaram uma re-significação do Pólo Benfica, no que tange à dinâmica produtiva e de moradia. Tornou-se um atrativo à população. Apresenta um solo multifuncional, que ocorre por estar situado em espaço transicional da cidade de Rio Branco - Acre. Proporcionou ao agricultor perspectivas de melhores condições de vida ao empregar o uso de diferentes atividades ou ocupa-se em atividades não-rurais.

As atividades não-rurais têm expressiva relevância e são bem valorizadas, mas predominam em poucos grupos familiares. As práticas agrícolas dão grande contribuição no complemento da renda do grupo familiar, por vezes impulsionadas em tempo parcial a outras atividades distintas. Além da predominância do uso da terra para cultivo e plantação, observa-se também a presença de atividades como o uso para lazer e/ou aluguel, criação de animais e etc. Com isso, pode-se constar diferentes utilizações do solo, variando de grupo à grupo, quebrando velhos paradigmas do rural acreano. Essas mudanças impulsionaram, características novas.

Em tudo isto nota-se que a diversificação produtiva, o uso do solo e as relações de trabalho estão devidamente interligados. O solo tem seu uso norteado pela produção diversificada de hortaliças e frutas, mas também é local de moradia, inclusive de alguns moradores que não trabalha mais na terra. Por outro lado, muitas famílias para manter a geração de renda procuram dividir seus tempos de ocupações entre atividades rurais e urbanas. É nisto que, portanto, formas nestes espaços de transição locais para o desenvolvimento de atividades pluriativas. Contudo, aqui a pluriatividade é uma especialização da diversificação de trabalho da família, mas é ao mesmo tempo uma estratégia de sobrevivência diante das limitações de vagas de trabalho no espaço urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACRE, Prefeitura Municipal de Rio Branco. Secretaria Municipal de Agricultura e Floresta - SAFRA. **Diagnóstico de produção e seus fatores limitantes nos Pólos Agroflorestais do município de Rio Branco**, 2009.

ACRE, Secretaria Executiva de Agricultura e Pecuária. **Projeto de implantação de pólo Agroflorestais nos municípios de Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Capixaba, Mâncio Lima, Feijó, Sena Madureira, Manuel Urbano, Rio Branco, Bujari, Epitaciolândia, Brasiléia, Xapuri, Senador Guiomard e Porto Acre**. Rio Branco – Acre, abril, 1999.

BUAINAIM, A. M.; ROMEIRO, A.; A agricultura familiar no Brasil: agricultura familiar e sistemas de produção. Projeto: UTF/BRA/051/BRA. Março de 2000. 62 p. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/fao>

CAMPANHOLA, Clayton; GROSSI, Mauro Del; SILVA, José Graziano da. O que há de realmente novo no rural brasileiro. 2002.

_____ ; COSTA FILHO, O. S.; BRAGA, R. A. da R. (Editores). **Análise econômica dos sistemas de produção familiar rural da região do Vale do Acre – 1996/1997.** Rio Branco: UFAC/SEBRAE/The Ford Foundation, 2003. 80p.

LIMA, Dalmo Marcelo de Albuquerque; WILKINSON, John. (Org.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar.** Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil.** Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, 2001.

SCHNEIDER, Sérgio. **As novas formas do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas.** Revistas Redes, Santa Cruz do Sul – RS, v. 9, n. 3, p. 75-109, 2005.

SILVA, José Graziano da. **O Novo Rural brasileiro.** 2.ed. revisada. Campinas: UNICAMP. IE, 1999.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: Unicamp, 1998.

SILVA, Silvio Simione da. **Na Fronteira agropecuária acreana.** Presidente Prudente, 2003. Dissertação (mestrado). – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia.